



PEDIDO DE COMPRA / SERVIÇO 000151 / 2025
EMIÇÃO: 07/04/2025
SECRETARIA: SECRETARIA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
TIPO DO PEDIDO: INEXIGIBILIDADE

Objetivo do pedido

AQUISIÇÃO DE VALES - PASSAGENS DE ÔNIBUS PARA OS PACIENTES DO POSTO DE SAÚDE DE PORTO MAUÁ QUE ESTARÃO indo A CIDADE DE PORTO ALEGRE EM VIRTUDE CONSULTAS MEDICAS REALIZADAS ATRAVÉS DO SUS

Justificativa

A aquisição de vales - passagens de ônibus é essencial para garantir o acesso de pacientes a tratamentos médicos, consultas e procedimentos que não podem ser realizados em sua localidade. Isso é especialmente importante para aqueles que necessitam de atendimento especializado em outras cidades ou estados. Muitas vezes, os pacientes precisam de atendimento imediato, e a aquisição de passagens se torna uma questão de saúde pública. A inexigibilidade se justifica pela urgência e pela necessidade de garantir que os pacientes possam se deslocar para receber o tratamento adequado. A inexigibilidade é aplicável quando não há possibilidade de competição, como no caso de passagens que precisam ser adquiridas de forma rápida e direta, sem a necessidade de um processo licitatório, garantindo assim a agilidade no atendimento, tendo em vista que somente a empresa VIAÇÃO OURO E PRATA faz o trajeto PORTO MAUA/ PORTO ALEGRE.

Item/Lote	Unid	Quantidade	Produto / Descrição
001/000	UN	140,00	00007829 - PASSAGEM PORTO MAUÁ - PORTO ALEGRE, IDA OU VOLTA VALE + ONLINE

Descrição adicional:

aquisição de vales-passagens ida e volta de Porto Mauá à Porto Alegre, que serão distribuídas aos pacientes com consultas agendadas através do sistema de regulação de consultas do Estado no decorrer deste ano.

Dotação:Acesso:221 Projeto: 2058 Rubrica: 3390 32 00 00 000 Desdobramento: 3390 32 99 00 000 Relacionamento: 3.3.1.2.1.99.00.00.00.00 / Banco: - Agência: Conta:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A aquisição de vales passagens é necessária para pacientes atendidos em um posto de saúde é uma medida essencial para garantir o acesso a serviços de saúde que não estão disponíveis localmente. Muitos pacientes necessitam se deslocar para outras unidades de saúde, hospitais ou clínicas especializadas para receber tratamentos, consultas e exames que são fundamentais para o seu bem-estar e recuperação.

- Acesso a Tratamentos: Pacientes com condições de saúde que exigem acompanhamento contínuo ou procedimentos específicos precisam se deslocar frequentemente para receber atendimento. A falta de transporte pode resultar em atrasos no tratamento, agravando a condição de saúde dos pacientes.

- Deslocamento para Exames e Consultas: Muitos exames e consultas especializadas não são realizados no posto de saúde local, exigindo que os pacientes se desloquem para outras unidades. A aquisição de vales passagens é crucial para garantir que esses pacientes possam realizar os exames e consultas necessárias.

A falta de transporte adequado pode levar a um aumento nas internações hospitalares e complicações de saúde, resultando em custos mais elevados para o sistema de saúde. Ao garantir o acesso ao transporte, a administração pública contribui para a prevenção de doenças e a promoção da saúde, alinhando-se aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O bem têm natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratação será realizada por meio de Processo de Dispensa de inexigibilidade, nos termos do art. 74, caput da Lei Federal nº 14.133/2021. Para a aquisição pretendida a contratada deverá comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da contratação, bem como, apresentar os documentos referentes a habilitação fiscal, social e trabalhista, conforme dispõe o art. 62, inciso I, da lei federal 14.133/2021. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, de acordo com os termos estabelecidos no § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133/2021. As garantias dos materiais/produtos, serão aquelas indicadas pela Lei nº 8.078 de 11 de Setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



PORTO MAUÁ
SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PEDIDO DE COMPRA / SERVIÇO

Impressão: 10/04/2025

Hora: 15:45:59



ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	VALE SAÚDE – PASSAGENS PORTO MAUÁ X PORTO ALEGRE COM SEGURO	140

ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada no fornecimento de vales - passagens de ônibus.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UN	VALOR TOTAL
01	VALE SAÚDE – PASSAGENS PORTO MAUÁ X PORTO ALEGRE COM SEGURO	140	R\$178,90	R\$25.046,00

ESTIMA-SE PARA A CONTRATAÇÃO O VALOR DE R\$ 25.046,00 (VINTE E CINCO MIL E QUARENTA E SEIS REAIS)

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação de empresa, para aquisição de vales - passagens de ônibus visando garantir o direito à saúde, conforme preconiza a Constituição Federal e a legislação do SUS. O transporte adequado é fundamental para que os pacientes possam acessar os serviços de saúde de forma digna e eficiente.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Os valores decorrentes desta contratação serão pagos conforme a necessidade de aquisição destes vale - passagens.

RESULTADOS PRETENDIDOS

O principal e prioritário resultado pretendido com a contratação é atender ao superior interesse do menor, sujeito de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, em relação aos quais deve se buscar, sempre, a proteção integral.

Pretende-se, com o presente processo de Dispensa de Licitação a aquisição e distribuição de agendas escolares para os alunos do berçário e do 4º e 5º ano da Rede Municipal de Ensino de Porto Mauá, e confecção do caderno do professor.

A aquisição alinha-se com os princípios constitucionais da educação, garantindo o direito dos estudantes à educação de qualidade, buscando assim promover a igualdade de oportunidades, além de fortalecer a relação da família com a escola, incentivando o acompanhamento das atividades escolares.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preço de mercado.

TERMO DE REFERENCIA:

DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente termo tem por finalidade a aquisição de vales - passagens de ônibus para os pacientes do SUS, através do posto de saúde de porto maua.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição será através de dispensa de inexigibilidade, de acordo com o artigo 74, caput, da Lei 14.133/21. **Estima-se para a contratação o valor total de R\$ 25.046,00** de acordo com a pesquisa de mercado. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo. Os bens desta contratação são caracterizados como comuns. A formalização da



contratação do serviço deve ser realizada nos termos do artigo 95, da Lei Federal nº 14.133/2021.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação de empresa, para aquisição de passagens de ônibus para pacientes do SUS via inexigibilidade de licitação, esta medida é necessária para garantir o acesso à saúde e o direito à dignidade dos pacientes. Através de um processo bem estruturado e transparente, a administração pública pode atender às demandas de transporte de forma eficiente e responsável, assegurando que os pacientes recebam o tratamento adequado no momento certo. A aquisição deve estar em conformidade com a legislação vigente, respeitando os limites e condições estabelecidos para a inexigibilidade de licitação. É fundamental que todas as etapas do processo sejam realizadas de acordo com as normas legais, assegurando a legalidade e a transparência da ação.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fornecimento dos bens, conforme art. 62, inciso II da lei federal nº 14.133/2021, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, que deverá comprovar a atuação em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como, apresentar os documentos referentes a habilitação fiscal, social e trabalhista (art. 62, inciso III, da lei federal 14.133/2021).

A empresa interessada deverá oferecer proposta e produtos que atendam aos parâmetros definidos para o objeto da licitação com preço compatível com o de mercado e o apurado pela secretaria requisitante.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo de entrega do objeto será conforme a demanda da secretaria solicitante.

A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla fiscalização por parte da Unidade de saúde, encarregada de acompanhar a entrega do objeto, prestando esclarecimentos solicitados.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

O fiscal do contrato acompanhará a execução do mesmo, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração.

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Em caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o



PORTO MAUÁ
SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PEDIDO DE COMPRA / SERVIÇO

Impressão: 10/04/2025

Hora: 15:45:59



teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que permite à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento definitivo do objeto.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

O futuro contratado será selecionado por meio de inexorabilidade de licitação, sendo realizada pesquisa junto a fornecedores, tendo como critério de julgamento do tipo menor preço por item, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, por meio de consulta a cadastros informativos oficiais, tais como Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UN	VALOR TOTAL
01	VALE SAÚDE – PASSAGENS PORTO MAUÁ X PORTO ALEGRE COM SEGURO	140	R\$178,90	R\$25.046,00

ESTIMA-SE PARA A CONTRATAÇÃO O VALOR DE R\$ 25.046,00 (VINTE E CINCO MIL E QUARENTA E SEIS REAIS)

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação, estão previstas no orçamento municipal para o exercício de 2025.

Resumo das dotações - (S) = SUPERAVIT

Acesso	Vinculação	Projeto	Despesa	Bloqueado	Disponível
221	500 Recursos não Vinculados de Impostos	2058 Distribuição de Medicamentos	3390 32 00 00 000	11.690,00	239.507,93

Total geral disponível R\$ 239.507,93

07/04/2025 ÀS 10:15:42 PEDIDO AUTORIZADO POR MAXIVAN MACHADO SOARES; OBSERVAÇÃO: NÃO INFORMADA